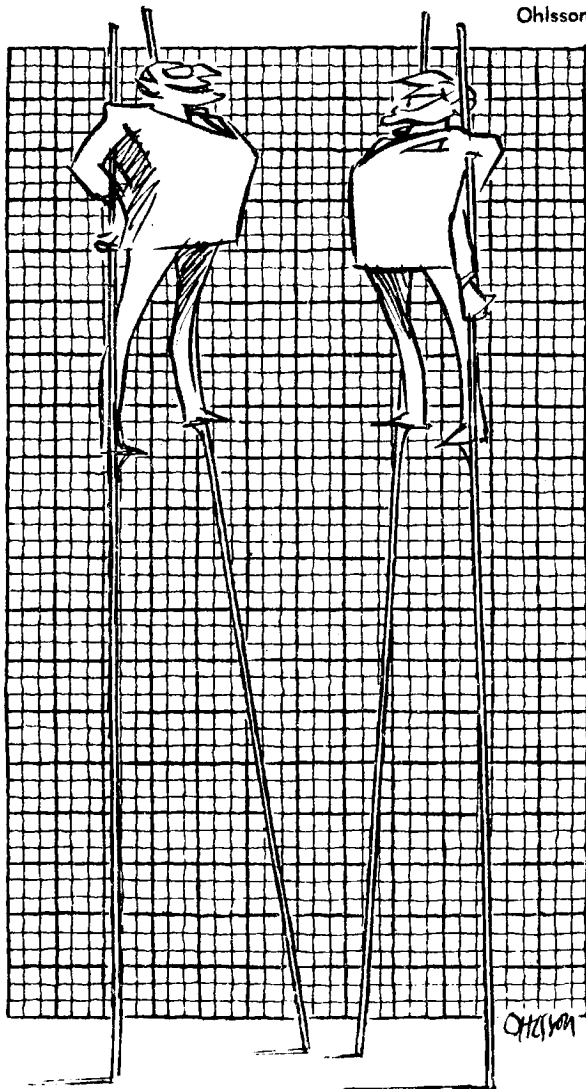


As reformas que a economia está exigindo agora

Maurício de Andrade Ramos

Ohlsson



O Brasil vive momentos de incertezas e de preocupação. Todos os brasileiros, sem exceção, se indagam como será o amanhã: Terá o Brasil condições de honrar seus compromissos externos? Terá o Governo condições de honrar seus débitos internos? Aumentará o número de desempregados?

Todos procuram imaginar como seria possível deixar de responder negativamente às duas primeiras indagações e positivamente à última. Parece-me que as explicações apresentadas pelas autoridades econômicas têm, quase sempre, procurado justificar nossas dificuldades como consequência das dificuldades externas: a crise do petróleo, o protecionismo comercial das nações desenvolvidas e as altas taxas de juros no exterior.

Não tive a oportunidade de ouvir nenhuma dessas autoridades explicar como as mencionadas dificuldades externas são responsáveis pelo gigantismo da intervenção estatal em nossa economia, pela brutal carga tributária carregada por aqueles que produzem (empresas e assalariados), pelo desmesurado crescimento populacional brasileiro e sua pior consequência, o crescimento descontrolado das principais cidades brasileiras.

Acredito que qualquer programa de recuperação da economia brasileira terá que incluir, entre outros tópicos, o equacionamento desses problemas e não creio, sinceramente, que qualquer influência poderá vir do exterior, negativa ou positiva, para suas soluções. São problemas nacionais, irremediavelmente brasileiros, e como tais terão que ser tratados.

O Governo Figueiredo identificou a intervenção estatal como uma doença que precisa ser curada. O tratamento, porém, que a ela tem sido ministrado é tímido. Talvez porque o diagnóstico seja falho. Estão tratando um câncer com água de flor de laranjeira. É muito provável que a única solução seja a cirurgia radical.

Na situação a que chegou o estatismo industrial e comercial brasileiro penso que a única solução para o problema é a mais óbvia: nossa legislação terá que ser modificada, ou adaptada, para permitir que os credores das empresas estatais possam, legalmente, fazer valer seus direitos, protestando os títulos não pagos e requerendo a falência das empresas insolventes.

Também, da mesma forma como ocorre nas empresas privadas, os acionistas controladores e os dirigentes das empresas estatais terão, legalmente, a responsabilidade pelo malogro das empresas, por ele respondendo com o seu patrimônio. Adotada essa solução, teremos a cura para o câncer do estatismo empresarial.

No tocante à carga tributária, parece-me que ela decorre, como uma metástase, da doença do estatismo empresarial: os que realmente produzem têm que pagar pela ineficiência dos que não produzem. Acontece que chegamos ao ponto em que a galinha dos ovos de ouro está prestes a ser morta: a contração da economia abalada pelos altos juros e sobrecarga fiscal provoca a diminuição das receitas, o aumento das despesas, a insolvência e o desemprego.

Então, cada vez menos pessoas e empresas terá o leão (como tragicamente se autodenomina o Fisco) para devorar. A continuar como está, em breve, o seu enorme apetite não terá como ser saciado.

Creio que a forma de solução para este problema é, também, óbvia: para *aumentar a receita do Fisco*, sem sacrificar os contribuintes, terá que *aumentar o número de contribuintes* mediante um aumento de suas receitas, e, conseqüentemente, do número de empregos, *através de uma diminuição dos impostos*! Ainda, o Fisco deverá possibilitar, mediante uma adequada anistia fiscal, que os contribuintes ainda vivos assim permaneçam. Como consequência dessa medida, haverá maiores recursos, *nas mãos dos que produzem*, para investimento e consumo, possibilitando, logo, a geração de novos empregos.

O terceiro dos problemas mencionados é, talvez, o mais complexo e de difícil solução. Entretanto, quando algo não é desejável, ou é arriscado, é prudente não ser estimulado. Talvez o estudo de um programa brasileiro de planejamento familiar, a ser estabelecido pelas autoridades competentes, devesse analisar as consequências, e procurar meios de neutralizá-las, de alguns tópicos de nossa legislação social e trabalhista, que estimulam o grande número de filhos.

Maurício de Andrade Ramos é engenheiro civil, com aperfeiçoamento em Engenharia Econômica. Empresário, diretor superintendente da Área Internacional do Grupo Veplan, é carioca, 51 anos, mora no Flamengo.